



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Coxim/MS, 14 de outubro de 2015

Ofício nº 1953/2015

Autos nº 0002414-06.2015.8.12.0011

Ação: Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Requerente: Eliomar Umbelino de Souza

Requerido: Valdinei Teodoro da Silva e outro

Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes
MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **VALDINEI TEODORO DA SILVA**, Rua 07 - Ao lado da Mercearia JC, S/Nº, Jardim Eldorado, Costa Rica-MS, CPF 032.418.191-40, RG 001.767.791, nascido em 08/12/1988, Solteiro, Brasileiro, natural de Cassilândia-MS, Agente de Serviços Gerais, pai Jorge Dias da Silva, mãe Euzi Rosa Teodoro. Outros dados: (67)- 9620-0498 e **CLEIDINEI TEODORO DA SILVA**, Fazenda Olhos Verdes, 67-8479-1529 - CEP 79530-000, Alcinópolis-MS, CPF 023.521.421-30, RG 14271447SSP/MS, nascido em 02/06/1985, Brasileiro, natural de Cassilândia-MS, Estudante, pai Jorge Dias da Silva, mãe Euzi Rosa Teodoro. Outros dados: 8456-7269, tendo como vítima **ELIOMAR UMBELINO DE SOUZA**, Avenida Lino Domingos de Oliveira, 131, Jardim Bom Sucesso - CEP 79530-000, Alcinópolis-MS, CPF 041.459.731-19, RG 001.535.530, Convivente, Brasileiro, Prendas do Lar, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

Josias Ferreira de Souza
Analista Judiciário
 Assina por determinação
 Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Avenida General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento			
X	PROTOCOLO	MALOTE SIMPLES	MALOTE COM C.R.
	CORREIO SIMPLES	CORREIO COM A.R.	CORREIO COM A.R. M.P.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Comarca de Coxim

Vara Criminal - Infância e Juventude

Autos 0002414-06.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Réu(s): Cleidinei Teodoro da Silva e Valdinei Teodoro da Silva

Vítima: Eliomar Umbelino de Souza

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pela Delegada de Polícia de Coxim, Dra. Sandra Regina Simão de Brito Araujo, em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaça de seu ex-companheiro, bem como de seu ex-cunhado, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 13/16).

Relatei o necessário. **Decido.**

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

Com efeito, a condição de mulher e de ex-companheira e ex-cunhad é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a autoridade policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracteriza por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TATIANA DIAS DE OLIVEIRA SAID. Para conferir o original, acesse o site www.tjms.jus.br/lesaj, informe o processo 0002414-06.2015.8.12.0011 e o código 2A94AC5.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode tornar inócua a ação judicial.

Pelo exposto, com base nos artigos 18 e seguintes da Lei 11.340/06 e com o parecer, determino aos agressores **Cleidinei Teodoro da Silva e Valdinei Teodoro da Silva**, que mantenham à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenham contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Intimem-se os autores dos fatos para que cumpram as medidas determinadas, advertindo-os de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à autoridade policial, que zelarà pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autores dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 06 de outubro de 2015.

Tatiana Dias de Oliveira Said
 Juíza de Direito

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TATIANA DIAS DE OLIVEIRA SAID. Para conferir o original, acesse o site www.tjms.jus.br/tesaj, informe o processo 0002414-06.2015.8.12.0011 e o código 2A94AC5.